

## **A população portuguesa no último século: permanências e mudanças**

---

**Teresa Rodrigues Veiga**

### **O século XX**

A população portuguesa terá aumentado cerca de 91 por cento durante o século XX, valor que reflecte uma tendência positiva moderada, embora sujeita a variações significativas ao longo da centúria. Na realidade, até muito tarde quando comparado com a maioria dos estados europeus, sobretudo com os seus congéneres da União Europeia, Portugal continuará a ser um local onde a fecundidade e a mortalidade, ambas superiores à média europeia, mantiveram uma relação positiva, geradora de um saldo fisiológico que poderia ter fomentado um rápido aumento do número de residentes, não fora a intervenção dos movimentos migratórios, de sinal negativo. A evolução do número de residentes em Portugal viu-se restringida pelos comportamentos migratórios de cariz diverso. A emigração, essa constante na história portuguesa contemporânea, terá sido talvez a mais influente, mas nunca devemos esquecer o papel desempenhado pelas migrações internas no que respeita ao acentuar das desiguais dinâmicas verificadas no território nacional, tal como não podemos omitir o fenómeno imigratório da última década, factor inédito na história portuguesa e em relação ao qual se erguem enormes expectativas.

De acordo com os dados oficiais do recenseamento efectuado na Primavera de 2001 residiam em Portugal continental e nas Regiões Autónomas 10 355 824 indivíduos, valor que traduz uma quase duplicação face aos 5 423 132 arrolados no início de Dezembro de 1900.<sup>1</sup> Conhecem-se relativamente bem as tendências e

---

■ TERESA RODRIGUES VEIGA – FCSH/UNL.

<sup>1</sup> Cf. Teresa Rodrigues, "As grandes linhas de evolução da população portuguesa no último século", in *Actas Seminário Censos 2001*, INE, Lisboa, 2002, pp.26-35.

características de crescimento macrodemográfico português nos últimos cem anos, bem como a sucessão de conjunturas que em larga medida determinaram os diferentes ritmos de aumento populacional sentidos nos vários subperíodos em que, do ponto de vista demográfico, podemos dividir a centúria.<sup>2</sup> São também conhecidos os papéis protagonizados pela mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios nesse devir de longa duração, quer em termos globais, quer, bem mais importante, à escala regional.<sup>3</sup>

A dinâmica própria de cada uma dessas variáveis e da sua interrelação explica a actualidade. Portugal, juntamente com os seus congéneres da União Europeia, está prestes a formar um modelo demográfico amplo, de alcance europeu<sup>4</sup>, onde apenas têm lugar algumas ligeiras especificidades. Referimo-nos a um tipo de sociedade onde o crescimento demográfico se encontra muito próximo do zero, se apenas baseado na relação entre número total de nascimentos e óbitos, situação que só poderá ser alterada pela influência dos movimentos migratórios, tanto mais fácil quanto maior o poder atractivo dos estados. A situação hoje vivida em muitos países europeus é influenciada pelo crescente número de idosos face ao de jovens, sendo enquadrada por esperanças médias de vida elevadas e por níveis baixos de fecundidade, também dificilmente modificáveis num horizonte próximo.

Com efeito, os ritmos de aumento demográfico dos residentes em Portugal estariam muito próximos do zero desde 1981, não fora o impacto dos movimentos migratórios de sentido positivo terem fomentado uma certa dinâmica interna na segunda metade da década de 90.

<sup>2</sup> A delimitação destes subperíodos baseia-se na existência de recenseamentos gerais, cuja realização obedece a uma regularidade quase decenal (dias 1 a 15 de Dezembro dos anos terminados em zero), excepto no caso dos censos de 1911 e a partir de 1981. Os últimos três recenseamentos da população portuguesa foram realizados a 16 de Março de 1981, 14 de Abril de 1991 e 11 de Março de 2001, facto que tornou necessário efectuar alguns ajustamentos em termos de cálculos.

<sup>3</sup> O estudo das evoluções macro e microdemográficas da população portuguesa ao longo do século XX não oferece em termos genéricos grandes dificuldades, dada a regularidade e quantidade de informações contidas nos recenseamentos e nas séries estatísticas relativas ao movimento da população. A questão coloca-se mais em termos de comparabilidade directa de certos indicadores, nomeadamente devido aos diferentes critérios a que obedece a selecção dos dados divulgados, e ao modo como são agrupados. A substituição das províncias e distritos por NUTS para datas posteriores a 1988 torna necessária a reconstituição das áreas distritais, sempre que se desejem efectuar análises de longa duração.

<sup>4</sup> J. Manuel Nazareth, "Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia", in *População e Sociedade*, n.º2, Porto, 1996, pp.77-96.

## 1. A população portuguesa

Ao longo de todo o século XX, a população aumentou moderadamente em Portugal, embora com fases desiguais. Factores de índole diversa, a nível político, mas sobretudo económico e cultural, explicam a relativa lentidão de crescimento do número total de residentes no país, que ao todo subiu 91,0% entre 1900 e 2001. Não obstante, e tal como acontecera no passado próximo, esta variação global esconde inevitáveis assimetrias internas, entre o continente e as ilhas dos Açores e da Madeira, entre cada uma delas e no seio do próprio continente. Na superfície continental há que distinguir a parte norte do país do sul, bem como os distritos do litoral face aos do interior e ainda as áreas rurais dos centros urbanos.

A história dos Arquipélagos da Madeira e Açores, hoje Regiões Autónomas, foi, ao nível da questão que aqui nos importa, marcada por grandes diferenças face ao continente e sujeita a flutuações acentuadas (Quadro 1). Esse panorama geral de diversidade consubstancia-se em ritmos de crescimento total anual médio por vezes contrários aos manifestados no resto de Portugal, se exceptuarmos a primeira década do século e os anos 40 e 60.

Parte dessa originalidade decorre das características específicas dos comportamentos colectivos das gentes insulares. Em termos de longa duração há que sublinhar a longa permanência nas ilhas atlânticas de altos níveis de fecundidade e mortalidade, a que se veio juntar a influência determinante do factor migratório. Com efeito, a emigração, as migrações entre ilhas e para Portugal continental actuaram nesses espaços ao longo de todo o último século como verdadeiros elementos reguladores do número de habitantes. Esta dependência face às migrações, sobretudo na sua vertente emigratória, é estreita e influenciou a dinâmica interna local, bastando para tanto que se alterasse a conjuntura internacional, como aconteceu entre 1920 e 1950.

A população insular diminuiu entre 1911 e 1920, para recuperar nas décadas imediatas e registar o seu crescimento máximo durante a segunda Guerra Mundial. Os anos 50 foram já menos positivos e as variações populacionais negativas sucederam-se a partir da década de 60. No entanto, o Arquipélago dos Açores viu aumentar na última década o volume de residentes (1,7%), ao contrário da Madeira, onde a descida foi acentuada nos anos 90 (-3,3%). Na década anterior, a situação fora inversa, o que denota uma certa instabilidade demográfica, que só uma análise mais fina permitiria explicar.

Mas também a evolução continental se pautou ao longo da centúria pela existência de subperíodos próprios, marcados por taxas de crescimento anual médio e de variação muito diferentes entre si, que, logicamente, nem sempre coincidem

**Quadro 1**  
**Evolução e ritmos de crescimento em Portugal no século XX**

ANOS	População Total	t.c.a.m.	Continente	t.c.a.m.	Ilhas	t.c.a.m.
1900	5 446 760	0.65	5 039 744	0.67	407 016	0.44
1911	5 999 146	0.88	5 586 053	0.94	413 093	0.13
1920	6 080 135	0.15	5 668 232	0.16	411 903	-0.03
1930	6 802 429	1.13	6 334 507	1.12	467 922	0.28
1940	7 755 423	1.32	7 218 892	1.32	536 541	0.38
1950	8 510 240	0.93	7 921 913	0.93	588 327	0.93
1960	8 889 392	0.44	8 292 975	0.46	596 417	0.14
1970	8 663 252	-0.26	8 123 310	-0.21	539 942	-0.99
1981	9 833 014	1.24	9 336 760	1.37	496 254	-0.82
1991	9 862 670	0.03	9 371 448	0.04	491 222	-0.10
2001	10 355 824	0.49	9 869 050	0.52	486 774	-0.09

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p.LXX e XI<sup>o</sup> a XIV<sup>o</sup> Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1970,1981,1991 e 2001.

com as datas censitárias, razão pela qual propomos a periodização alternativa patente no Quadro 2.<sup>5</sup>

O processo de industrialização terá sido um dos principais responsáveis pelo acentuar das diferenças regionais e remonta à segunda parte de oitocentos. Ao criar uma nova geografia dos recursos, a fixação privilegiada de unidades industriais em determinadas zonas do país modificou as formas de mobilidade interna, de molde a que os recursos humanos pudessem corresponder de modo mais eficaz às solicitações dos novos agentes económicos e às novas realidades de índole social.

A relativa melhoria das condições de vida da população e os primeiros e ténues indícios de redução dos níveis de mortalidade, desde o final do século XIX, permitiram durante a primeira metade do século seguinte compensar o aumento gradual dos fluxos emigratórios. Até 1917 a população portuguesa continuou a aumentar, apesar da conjuntura internacional ser claramente desfavorável. A gripe pneumónica que nesse ano atinge o país constitui o momento mais grave dessa conjugação de factores adversos, que fora antecedida por um recuo generalizado do nível médio de vida das gentes portuguesas. Porém, uma vez terminada essa fase negativa de múltiplas causas, a partir dos anos 20, a população reiniciou o seu movimento ascendente, que nem o início da Segunda Guerra Mundial inverteu.

<sup>5</sup> Uma análise mais detalhada destas conjunturas e respectiva influência em termos demográficos encontra-se sintetizada por nós in "A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional" (*População e Sociedade*, n.º1, CEPFAM, Porto, 1995, pp.57 e segs.)

## Quadro 2

### Fases de crescimento diferencial da população do continente

Períodos Intercensitários	t.c.a.m.
1801 – 1851	0.35
1851 – 1911	0.78
1911 – 1920	0.16
1920 – 1950	1.12
1950 – 1974*	0.23
1974 – 1976*	3.73
1976 – 1981	0.71
1981 – 1991	0.04
1991 - 2001	0.52

FONTE: 1º a XIVº Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, 1867- 2002.

\* A população de 1974 e 1976 foi estimada tomando em consideração os valores do retorno das ex-colónias, ou seja, 500 mil indivíduos. Estimámos a população de 1974 aplicando aos valores de 1970 a taxa de crescimento anual médio de 1970-1981. Este procedimento introduz um erro de sobreavaliação, embora minimizado pela tendência de diminuição dos saldos fisiológicos. Acrescentámos a esse total 500 mil, mantendo o ritmo de crescimento médio da década, com vista a obter a população provável em 1976. Esta estimativa grosseira apontava para 8 373 508 residentes em 1974, contra 9 010 160 em 1976.

Modificavam-se, porém, os factores explicativos do processo demográfico e gradualmente as migrações passaram a desempenhar um papel determinante nos modos de aumento populacional. A crise económica de 1929-1931 foi benéfica nesse sentido, porque reteve em Portugal, tal como a guerra e a entrada de alguns refugiados no país, jovens que, doutro modo, teriam ido engrossar as fileiras emigratórias. Quando, em meados dos anos 40, se retomou a dinâmica migratória, o crescimento populacional abrandou, acentuado pela diminuição paralela dos saldos fisiológicos, embora ainda menos expressiva do que no futuro próximo.

O saldo negativo dos movimentos migratórios foi aumentando durante as décadas de 50 e 60, a ponto de provocar o decréscimo da população portuguesa entre 1960 e 1974. A inversão de tendência aparece ligada ao 25 de Abril de 1974. Nesse ano o aumento demográfico foi de 2,6% e de 4,4% no seguinte. Ao todo, o retorno das ex-colónias provocou entre meados de 1974 e 1976 um acréscimo de sete pontos percentuais no número de residentes no continente. Mas, a partir de então, os saldos globais voltam gradualmente ao que haviam sido, tendo início uma fase de progressão muito lenta.

O fenómeno de estabilização demográfica dos últimos vinte anos da centúria, embora mais palpável na década de 80 que na seguinte, explica-se pela rapidez com que o nosso país se aproximou dos comportamentos europeus face à mortalidade e à fecundidade. A população portuguesa envelheceu, porque nascem cada vez menos crianças e se morre cada vez mais tarde.

O confronto entre as taxas de crescimento total e migratório líquido entre 1900 e a actualidade<sup>6</sup> (Quadro 3) permite concluir que o Portugal contemporâneo cresceu na dependência das variações de intensidade dos fluxos migratórios, que assumiram proporções inéditas na história portuguesa a partir do terceiro quartel de oitocentos na sua vertente emigratória.<sup>7</sup> Esta foi determinante até meados da década de 70, mas, à medida que avançamos no tempo, as migrações internas irão adquirir uma importância crescente, aliando-se à alteração das atitudes colectivas perante a vida e a morte.<sup>8</sup> Os novos padrões de comportamento explicam em parte a evolução populacional portuguesa e decorrem a par da transferência interna de indivíduos do interior para o litoral e também para os centros urbanos.

Quadro 3

**Taxas médias anuais de crescimento natural (TCN), total (TCT) e migratório líquido (TCML) em Portugal no século XX**

Períodos Intercensitários	TCN	TCT	TCML
1900 – 1911	1.20	0.86	-0.34
1911 – 1920	0.79	0.14	-0.65
1920 – 1930	1.26	1.24	-0.02
1930 – 1940	1.15	1.24	0.09
1940 – 1950	1.05	0.89	-0.16
1950 – 1960	1.22	0.48	-0.74
1960 – 1970	1.15	-0.21	-1.36
1970 – 1981	0.85	1.29	0.44
1981 – 1991	0.34	0.03	-0.31
1991 – 2001	0.08	0.45	0.37

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p.LXX e XI<sup>a</sup> a XIV<sup>a</sup> *Recenseamento Geral da População Portuguesa*, 1970,1981,1991 e 2001.

Em termos de média duração, sem o efeito migratório (emigração e migrações internas), o aumento demográfico das gentes portuguesas teria sido quase uniforme até final dos anos 60, diminuindo muito rapidamente a partir desse momento, para voltar a subir nos anos 90, mas agora, factor inédito na história portuguesa, devido à imigração.

<sup>6</sup> A taxa de crescimento natural mede o aumento da população, se baseado apenas no saldo entre o total de nascimentos e óbitos. A diferença entre esse valor e o crescimento total, observado por comparação com os volumes obtidos através do recenseamento, permite estimar o ritmo de crescimento migratório.

<sup>7</sup> Maria Ioannis Baganha, "A emigração atlântica e as migrações internas em Portugal", in *Los 98 Ibericos y el mar*, Tom.IV, Lisboa, 1998, pp.215-228.

<sup>8</sup> Sobre esta questão veja-se Manuel Nazareth, *Portugal. Os próximos 20 anos*, Vol.III – Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX, F.C.G., Lisboa, 1988.

A má qualidade dos dados oficiais sobre esta variável persiste até hoje, pelo que nem mesmo para o último quinquénio da centúria é possível fazer um balanço sério entre os valores da emigração e os da imigração. Estas limitações tornam-se acrescidas para uma análise de tipo secular, que seria essencial, dado o papel chave que os movimentos migratórios desempenham na história da população portuguesa no século XX.

Em termos genéricos retenhamos o facto da emigração, essa constante no horizonte português, ter desempenhado o seu papel principal até aos anos 70, com um momento de máximo significado na década anterior, durante a qual provocou mesmo a diminuição do número total de residentes. Por outro lado, o volume de entradas no país nunca conseguiu alterar o sentido negativo dos saldos migratórios nacionais, que assim se mantiveram ao longo da centúria, com três excepções. (Quadro 4) Referimo-nos ao período intercensitário que inclui a Segunda Guerra Mundial, por razões fáceis de adivinhar, à década de 70, devido ao retorno em massa de portugueses e alguns africanos da ex-colónias, e à segunda metade de 90. Note-se, porém, que nem mesmo essas chegadas conseguiram inverter a tendência de desertificação progressiva de algumas zonas de Portugal, onde foi mais intensa a emigração além-fronteiras, sobretudo para a Europa, e nos quais prosseguiu a deslocação de famílias completas para o litoral e para os grandes centros urbanos.<sup>9</sup> Apesar de tudo, os volumes migratórios conseguiram travar nos últimos anos a tendência de diminuição acelerada da faixa interior do país, à excepção de Trás os Montes e de Viseu.<sup>10</sup>

Quadro 4

**Saldos migratórios em Portugal no século XX**

Períodos Intercensitários	Total
1900 – 1911	-222 098
1911 – 1920	-356 233
1920 – 1930	- 8 177
1930 – 1940	64 720
1940 – 1950	-133 315
1950 – 1960	-685 304
1960 – 1970	-1 302 524
1970 – 1981	1 184 645
1981 – 1991	-334 656
1991 – 2001	406 858

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p.LXX e XI<sup>o</sup> a XIV<sup>o</sup> Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1970,1981,1991 e 2001.

<sup>9</sup> Inclui-se neste grupo toda a faixa interior do país, a que devemos juntar Viana do Castelo e as ilhas da Madeira e dos Açores.

<sup>10</sup> Cf. Quadro 10.

## 2. As tendências globais

Os últimos anos foram, portanto, marcados por uma grande moderação do crescimento populacional, devido ao declínio sustentado da fecundidade e a sucessivas alterações nos valores e sentido dos fenómenos migratórios. De acordo com os últimos recenseamentos de 1991 e 2001 Portugal terá registado um aumento anual médio de apenas 0,49%, bastante acima do observado na década anterior, mas que é quase integralmente devido à imigração. Aliás, nos primeiros anos da década de 90, as informações recolhidas apontavam para uma diminuição de 0,02% no número total de residentes, que terá sido anulada e invertida no segundo quinquénio. Resta saber quantos dos 10,4 milhões recenseados no início do novo século XXI possuem outras nacionalidades, que não a portuguesa.

No entanto, as tendências globais que temos vindo a referir não traduzem na íntegra a realidade demográfica portuguesa, já que várias regiões do país registam desde meados dos anos 80 descidas no número de indivíduos aí residentes, em certos casos de forma muito intensa e que nem as alterações da última década vieram inverter.

Esta nova realidade, que se evidencia no decurso dos anos 80, é explicada por alguns indicadores simples, embora grosseiros e que, por esse facto, devem ser lidos com algumas cautelas. Sabemos, por exemplo, que entre 1981 e 1991, os níveis da mortalidade geral (TBM) desceram quase 9 por cento. Mas os da natalidade (TBN) eram no início da década seguinte 28,5 por cento inferiores aos verificados dez anos antes. Por seu turno, nos últimos dez anos, a TBM registou uma subida de 1,9 pontos percentuais, enquanto a TBN continuou a descer, com uma variação negativa exactamente igual.<sup>11</sup> Na viragem do século XXI ambas se situam em 10,8 ‰, com discrepâncias mínimas entre as várias unidades administrativas. Sabemos, porém, que a inversão da tendência decrescente dos indicadores relativos à mortalidade não pode ser lida, excepto como consequência das muito rápidas alterações da estrutura etária dos portugueses.<sup>12</sup>

E, com efeito, a população portuguesa envelheceu (Quadro 5). No início do século por cada português com 65 ou mais anos existiam perto de 6 jovens, com idades inferiores a quinze anos. Em 1950 essa relação estabelecia-se em 1 idoso por cada 4 jovens, mas a partir dos anos 60 as mudanças foram muito rápidas, tendo-se invertido durante os anos 90 a relação de forças tradicionalmente aceite para os dois

<sup>11</sup> A TBM passou de 10,6‰ em 1991 para 10,8‰ em 1995 e 2000. A TBN é estimada em 11,8‰ em 1991, 11,0‰ em 1995 e apenas 10,8‰ em 2000.

<sup>12</sup> As Taxas Brutas não isolam os efeitos da desigual composição por idade e sexos das populações. O envelhecimento das estruturas explica neste caso o aparente agravamento dos resultados obtidos.



grupos etários extremos. Hoje por cada jovem existe apenas um idoso, com uma ligeira vantagem do último escalão, uma vez que ambos representam, respectivamente, 16,0 e 16,4% do total de recenseados em Março de 2001. Hoje Portugal figura entre os cinco países no mundo que possuem mais idosos que jovens.<sup>13</sup>

Os estados do Sul da Europa foram os últimos a sofrer estas alterações, mas foi neles que elas foram mais rápidas e gravosas. De facto, no nosso país o fenómeno só assume proporções significativas a partir dos anos 80, mas evolui muito rapidamente. Entre 1981 e 2001 o número de idosos cresceu 44 por cento, enquanto o número de jovens diminuiu mais de 37 pontos percentuais. De acordo com as séries estatísticas disponíveis, a terminar o século XX existiam em Portugal 1,70 milhões de indivíduos com 65 e mais anos e apenas 1,66 milhões com idades inferiores a 15 anos, o que representa mais 42,5 mil idosos que jovens.

Quadro 5

**A população portuguesa por grandes grupos etários (em %)**

ANOS	0 - 14	65 +
1900	33.7	5.9
1911	34.3	6.1
1920	32.6	6.4
1930	31.9	6.4
1940	32.0	6.8
1950	29.6	7.0
1960	29.2	8.0
1970	28.5	9.7
1981	25.5	11.4
1991	20.2	13.6
1995	18.0	14.4
1998	16.7	15.3
2001	16.0	16.4

FONTE: IV<sup>o</sup> a XIV<sup>o</sup> Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, 1901- 2002.

Em todo o Portugal se verifica o predomínio dos grupos mais velhos, excepto no norte e ilhas. O Alentejo possui a maior percentagem de idosos, que correspondem a 24% do total de residentes. Ou seja, por cada jovem existem dois idosos nessa região.<sup>14</sup> Segue-se, por ordem decrescente, o Algarve, com 131 idosos por cada 100 jovens, o centro do país e por fim Lisboa e Vale do Tejo (110/100). A norte essa relação é mais favorável, com menos de 80 idosos por cada centena de

<sup>13</sup> Apenas é suplantado pela Alemanha, Itália, Espanha e Grécia (dados de 1 de Janeiro de 2001 do PRB).

<sup>14</sup> Em termos objectivos foram recenseados 174 idosos por cada 100 jovens (Censos 2001).

jovens, e ainda melhor se mostra a situação na Madeira e Açores, com, respectivamente, 72 e 61 idosos por cada 100 jovens.

Trata-se, portanto de um fenómeno grave, porque muito acentuado e rápido, de duplo envelhecimento, que decorre de níveis baixos de fecundidade e descendências médias que desde 1982 deixaram de assegurar a substituição das gerações, a par do prolongamento da vida até idades muito avançadas.

A esperança média de vida à nascença cifra-se hoje em Portugal nos 73 anos para os homens e em 80 para as mulheres.<sup>15</sup> O fenómeno do envelhecimento no topo é mais feminino que masculino. As diferentes esperanças médias de vida são mais evidentes no final dos ciclos de vida e geram algumas disparidades, importantes do ponto de vista social. Apenas 14,3% dos homens recenseados na Primavera de 2001 possuíam idades superiores a 65 anos, valor percentual que se fixava em 19% no caso feminino. Mas estas diferenças aumentam com o passar dos anos. Com 90 anos de idade existe um homem por cada três mulheres, com 95 um por cada quatro.

Aliás, outro bom indicador do rápido envelhecimento demográfico das gentes portuguesas consiste no facto do número de indivíduos com 75 e mais anos quase igualar hoje o total de idosos mais jovens. Estes últimos aproximam-se rapidamente dos primeiros, tendo o seu valor triplicado desde 1960. Hoje 42% da população idosa em Portugal é bastante idosa, dos quais um terço do sexo masculino e os restantes dois terços do feminino.<sup>16</sup> No futuro poderemos admitir o cenário de uma troca de lugares entre os grupos de maior e menor idade (65-74 e 75+).

Com efeito, o processo de travagem de crescimento demográfico dos portugueses foi acompanhado pelo fenómeno de duplo envelhecimento, mais evidente em zonas debilitadas por movimentos simultâneos de declínio de fecundidade e de volumes significativos de emigração e/ou migrações para outras partes do país, nomeadamente para o litoral e para os centros urbanos de menor ou maior proximidade. No fundo, o fenómeno do envelhecimento reproduz em termos geográficos a dicotomia entre zonas economicamente atractivas e zonas repulsivas, o que nos lança numa outra perspectiva, que consiste em tentar avaliar o papel desempenhado pelos movimentos migratórios no processo de envelhecimento demográfico das gentes nacionais. Não é por acaso que os concelhos portugueses mais jovens em termos etários se situam na Área Metropolitana de Lisboa e no Grande Porto.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Dados de 2002, *World Population Datasheet* ([www.prb.org](http://www.prb.org)).

<sup>16</sup> A população com 65 a 74 anos representa 9,6% do total recenseado em 2001; a com 75 e + anos representa 6,9%.

<sup>17</sup> Vejam-se os exemplos de Paços de Ferreira, Vizela ou Paredes, onde a população idosa representa menos de 8% do total de recenseados.

Uma vez que o migrante tipo é jovem, a sua transferência provoca desde logo um rejuvenescimento nas zonas de fixação e, ao invés, o envelhecimento das estruturas etárias dos locais donde provém. Essa foi a vantagem do litoral português, que durante a segunda metade do século XX passou a crescer em parte à custa do interior. A este nível é clara a diferença entre os concelhos da faixa litoral e os restantes, sobretudo quando nestes últimos predominam as actividades ligadas à terra, a que se juntam fracas acessibilidades. Os casos mais paradigmáticos são os de Idanha a Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, onde cerca de 41% da população tem 65 ou mais anos de vida. Por seu turno, os distritos mais agravados em todo este processo foram os de Bragança e Vila Real, em Trás os Montes, bem como uma faixa interior que inclui as áreas lideradas pelas cidades de Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.<sup>18</sup>

Além disso, os migrantes são por norma indivíduos em idade fecunda, pelo que a sua mudança geográfica tem custos e benefícios ao nível da fecundidade nos locais de saída e de chegada, respectivamente. Mas a partir de meados do século XX, sobretudo nos últimos trinta anos, a descida do número médio de filhos por mulher provocou de *per si* o estreitamento da base da pirâmide etária portuguesa.

Em simultâneo, o prolongamento da esperança média de vida contribuiu para alargar a representatividade dos escalões etários superiores. As unidades administrativas que possuem maior percentagem de idosos continuam, como tradicionalmente, a localizar-se no sul e interior do país, embora com algumas diversidades locais, que penalizam aldeias e vilas em detrimento de cidades, bem como concelhos geograficamente mais isolados. Na Guarda, tal como em Castelo Branco, Portalegre e Beja, o número de idosos suplanta há mais de duas décadas o de jovens.<sup>19</sup> Por seu turno, a área de influência do Grande Porto (antigos distritos de Braga, Porto e Aveiro) e Setúbal apresentam os valores mínimos nacionais. Na actualidade vivem no Alentejo cerca de 126 mil indivíduos com 65 ou mais anos, que representam 23,6 por cento do capital humano da região e a tornam a mais idosa do país.

---

<sup>18</sup> Cf., a este propósito, Maria João da Silva Guardado Moreira, *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX*, dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL, 2001.

<sup>19</sup> Maria João Guardado Moreira, "A Beira Interior no contexto da fronteira luso-espanhola", in *População e Sociedade*, nº4, CEPFAM, Porto, 1998, pp.107-122.

### 3. A diversidade regional

Grande parte das considerações que acabámos de tecer em relação às tendências globais portuguesas de evolução demográfica só ganham expressividade quando analisadas à escala regional. Um primeiro indicador da forma como cada parte do território terá contribuído para os ritmos médios de evolução demográfica global consiste em verificar, nos vários momentos censitários, o seu peso populacional face ao total de residentes.<sup>20</sup> (Quadro 6)

Quadro 6

#### Evolução percentual dos distritos portugueses ao longo do século XX

Distritos	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Aveiro	5.6	5.7	5.7	5.7	5.6	5.7	5.9	6.3	6.3	6.6	6.9
Beja	3.0	3.2	3.3	3.6	3.6	3.4	3.1	2.4	1.9	1.7	1.6
Braga	6.6	6.4	6.2	6.1	6.3	6.4	6.7	7.1	7.2	7.6	8.2
Bragança	3.4	3.2	2.8	2.7	2.8	2.7	2.6	2.1	1.9	1.6	1.4
Castelo Branco	4.0	4.1	4.0	3.9	3.9	3.8	3.6	3.0	2.4	2.2	2.0
Coimbra	6.1	6.1	5.9	5.5	5.4	5.2	4.9	4.7	4.4	4.3	4.3
Évora	2.4	2.5	2.6	4.6	2.7	2.6	2.5	2.1	1.8	1.8	1.7
Faro	4.7	4.6	4.5	4.3	4.1	3.9	3.5	3.1	3.3	3.5	3.8
Guarda	4.8	4.6	4.3	3.8	3.8	3.6	3.2	2.5	2.1	1.9	1.7
Leiria	4.4	4.5	4.7	4.5	4.6	4.7	4.6	4.4	4.3	4.3	4.4
Lisboa	13.1	11.4	12.2	13.3	13.6	14.4	15.6	18.3	21.0	20.8	20.6
Portalegre	2.3	2.4	2.5	2.4	2.4	2.4	2.1	1.7	1.5	1.4	1.2
Porto	11.0	11.3	11.6	12.0	12.1	12.4	13.4	15.2	15.9	16.6	17.1
Santarém	5.2	5.4	5.5	5.6	5.5	5.4	5.2	5.0	4.6	4.5	4.4
Setúbal	(2.5)	(2.8)	(3.1)	3.4	3.5	3.8	4.2	5.4	6.7	7.2	7.6
Viana do C.	4.0	3.9	3.8	3.4	3.4	3.3	3.1	2.9	2.6	2.5	2.4
Vila Real	4.5	4.1	3.9	3.8	3.8	3.8	3.7	3.1	2.7	2.4	2.2
Viseu	7.4	7.0	6.8	6.5	6.0	5.8	5.4	4.8	4.3	4.1	3.8
Continente	92.5	93.1	93.2	93.1	93.1	93.1	93.3	93.8	95.0	95.0	95.3
Ilhas	7.5	6.9	6.8	6.9	6.9	6.9	6.7	6.2	5.0	5.0	4.7
PORTUGAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p.LXX e XI<sup>o</sup> a XIV<sup>o</sup> *Recenseamento Geral da População Portuguesa*, 1970,1981,1991 e 2001.

Até 1911 as alterações foram pontuais, embora desde meados do século XIX cinco distritos do norte interior iniciem um processo de declínio percentual do qual nunca voltarão a recuperar. (Quadro 7) Referimo-nos a toda a província de Trás os Montes (Bragança e Vila Real), a Viseu e à Guarda que com eles confinam e a Coimbra. (ZONA 1) Para além dessa mancha geográfica contínua, dimi-

<sup>20</sup> Excepto em relação aos anos 90 veja-se o que sobre este assunto já referimos (Teresa Rodrigues, "A demografia de Espanha e Portugal. Portugal nos dois últimos séculos : as assimetrias de crescimento regional", in *Los 98 Ibericos y el mar*, tomo IV, Lisboa, 1998, pp.144-146).

nui também gradualmente o peso populacional de Viana do Castelo. Ainda a norte, os distritos de Braga e Aveiro foram afectados na sua dinâmica pela intensidade da emigração, sobretudo nas primeiras décadas da centúria, muito embora apresentassem alguns dos maiores saldos fisiológicos nacionais. (ZONA 2) O primeiro iniciou o seu processo de recuperação a partir dos anos 30, e o segundo na década imediata. Por seu turno, até 1950 o Alentejo manteve uma certa vitalidade, explicável pelo seu relativo afastamento das rotas tradicionais de emigração, apesar das migrações internas, designadamente para os concelhos da margem sul e para a grande cidade de Lisboa, restringirem o seu potencial crescimento. (ZONA 3) Mas a partir de meados do século esta região começa a perder importância demográfica, agregando-se-lhe o distrito da Castelo Branco. Ao longo dos últimos cem anos a grande constante que encontramos na realidade portuguesa esteve ligada ao contínuo aumento da concentração populacional em torno do Porto e de Lisboa, à qual se deve juntar a mancha territorial que virá a ser o distrito de Setúbal, criado em 1926, e de certa forma também, o de Santarém, embora este último perca alguma vitalidade após 1930. (ZONA 4) Nos três primeiros residiam 29% dos portugueses continentais em 1900, 33% em 1950, 47% em 1991. Na actualidade, cerca de metade dos residentes nacionais está fixado nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Quadro 7

**População recenseada nas diferentes zonas consideradas  
(1900-2001)(%)**

	1900	1950	2001
<b>Zona 1</b>	26.2	21.1	13.4
<b>Zona 2</b>	12.2	12.1	15.1
<b>Zona 3</b>	11.7	12.2	6.5
<b>Zona 4</b>	31.8	36.0	49.7
<b>Sem tendência aparente</b>	18.1	18.6	15.3
<b>TOTAL</b>	100.0	100.0	100.0

Conforme pudemos concluir, na segunda metade da centúria ocorrem mudanças inéditas na história demográfica portuguesa. Enquanto a ZONA 4 continua a crescer e a ZONA 2, que lhe é contígua a norte, recupera, o grupo de distritos da ZONA 1, que já vinha a perder peso relativo, sofre descidas acentuadas, muito rápidas após 1970, no que começam a ser acompanhados pela ZONA 3. Está assim encontrado o novo sentido de diversidade, que substitui as tradicionais diferenças entre distritos do norte e distritos do sul, à oposição entre distritos da faixa litoral e distritos do interior.

Ao incentivarem deslocações para áreas económicas mais atractivas, as migrações internas e externas aceleraram o abandono dos campos.<sup>21</sup> Em simultâneo, fomentaram o crescimento, por vezes desordenado, dos concelhos circundantes às grandes cidades, que conduzirá à formação das Áreas Metropolitanas.<sup>22</sup> Como causa última, este processo levou à rápida redução das densidades de povoamento do interior, mais acentuada nos locais de saída dupla, para fora do país e para as cidades e o litoral. Não é por acaso que no último decénio o processo de desertificação se viu limitado em termos locais pela concentração populacional em torno das vilas e cidades. Um estudo que realizámos sobre a evolução recente do tecido urbano português permitiu verificar que, apesar do processo de litoralização, em quase todas as regiões os núcleos detentores de algumas funções urbanas cresceram durante os anos 80 ou, na pior das hipóteses, apresentaram perdas inferiores às registadas nos aglomerados de menor dimensão.<sup>23</sup> Esta conclusão é válida mesmo para as zonas de interior, que já se encontravam em processo de declínio de importância relativa demográfica.

Em termos de análise retrospectiva podemos fazer recuar o início do processo de litoralização aos anos 30, momento a partir do qual alguns pólos económicos mais dinâmicos (Lisboa/Setúbal e Porto) registaram aumentos muito significativos, superiores aos saldos naturais. (Quadros 8 e 9) As diferenças entre litoral e interior e cidade e campo acentuaram-se na década imediata. Já então o crescimento de vários distritos do interior e das ilhas era bastante inferior ao esperado com base no saldo fisiológico. Os saldos migratórios de sinal negativo evidenciavam-se no período subsequente e entre 1950 e 1960 menos de metade dos distritos aumentou, embora o número de nascimentos suplantasse o de óbitos em todos eles, tanto mais que os níveis de mortalidade estavam também a declinar.

O processo de bipolarização em torno de dois grandes núcleos, Lisboa e Porto, tornou-se cada vez mais vincado. Aliás, na década de 60 apenas cinco distritos viram crescer o número de residentes, dos quais os dois anteriores e três que lhes eram contíguos: Braga, Aveiro e Setúbal. No resto do país o declínio foi geral,

<sup>21</sup> Estudos realizados neste âmbito permitem estimar em cerca de 80 por cento a percentagem de migrantes que trocam as zonas rurais, onde residiam, por centros urbanos. Só 20 por cento efectua deslocações entre dois centros urbanos. (cf. Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, "Migrações internas", in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp.561-565)

<sup>22</sup> Teresa Rodrigues e Luís Baptista, "Population and Urban Density : Lisbon in the 19th and 20th centuries", in *Urban dominance and labour market differentiation of an european capital city . Lisbon, 1890-1990*, Kluwer Ac.Publ., London, 1996, pp.75-122.

<sup>23</sup> Partimos do pressuposto metodológico que, no panorama português, todos os aglomerados com dois mil ou mais residentes possuíam já algumas infra-estruturas capazes de fixar os seus residentes. (Cf. Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, "1981-1991 : as tendências recentes da evolução populacional portuguesa", in *História* , nº26, Lisboa, 1996, pp.44-53)

com valores negativos muito elevados de norte a sul ao longo de uma faixa interna. As causas são conhecidas: por um lado a emigração atingiu níveis muito elevados e generalizou-se a todo o território; por outro, reduziram-se os ritmos de crescimento natural, à medida que a fecundidade descia mais que a mortalidade. O efeito combinado destes dois fenómenos afectou em especial as zonas afastadas do litoral.

Quadro 8

**Taxas de crescimento anual médio da população portuguesa (1890-2001)**

Distritos	1890/1 900	1900/1 911	1911/1 920	1920/1 930	1930/1 940	1940/1 950	1950/1 960	1960/1 970	1970/1 981	1981/1 991	1991/2 001
Aveiro	0.47	0.98	0.22	1.23	1.01	1.10	0.82	0.44	1.17	0.49	0.88
Beja	0.34	1.53	0.46	1.81	1.38	0.45	-0.50	-2.97	-0.76	-1.06	-0.50
Braga	0.51	0.61	-0.15	0.91	1.65	1.14	0.88	0.27	1.33	0.54	1.25
Bragança	0.25	0.36	-1.34	0.95	1.34	0.67	0.22	-2.58	0.22	-1.54	-0.59
C.Branco	0.52	1.05	-0.09	0.83	1.51	0.64	-0.25	-2.12	-0.79	-0.86	-0.32
Coimbra	0.33	0.74	-0.24	0.46	0.98	0.54	-0.12	-0.78	0.77	-0.20	0.31
Évora	0.58	1.39	0.43	1.39	1.61	0.55	-0.09	-2.06	0.09	-0.37	-0.01
Faro	1.12	0.64	-0.22	0.89	0.78	0.27	-0.42	-1.58	1.71	0.54	1.49
Guarda	0.49	0.33	-0.62	0.00	1.31	0.40	-0.85	-2.76	-0.34	-0.88	-0.45
Leiria	0.97	0.99	0.53	0.89	1.46	1.01	0.21	-0.64	0.93	0.14	0.76
Lisboa	1.33	1.76	1.03	0.29	1.56	1.49	1.24	1.32	2.50	-0.10	0.40
Portalegre	0.92	1.19	0.54	0.90	1.36	0.59	-0.61	-2.53	-0.19	-0.63	-0.55
Porto	0.86	1.18	0.42	1.32	1.56	1.14	1.25	0.96	1.60	0.50	0.74
Santarém	1.06	1.16	0.47	1.21	1.20	0.77	0.03	-0.69	0.48	-0.21	0.22
Setúbal					1.50	1.89	1.48	2.18	3.15	0.80	1.03
V.do Castelo	0.23	0.53	-0.07	0.12	1.15	0.68	-0.06	-1.00	0.20	-0.27	0.01
Vila Real	0.08	0.19	-0.50	0.86	1.30	0.93	0.18	-1.95	-0.09	-1.12	-0.55
Viseu	0.28	0.26	-0.30	0.72	0.60	0.53	-0.25	-1.53	0.22	-0.53	-0.18
<b>Continente</b>	<b>0.67</b>	<b>0.94</b>	<b>0.16</b>	<b>1.12</b>	<b>1.32</b>	<b>0.93</b>	<b>0.46</b>	<b>-0.22</b>	<b>1.29</b>	<b>0.04</b>	<b>0.52</b>
Açores	0.05	-0.50	-0.54	0.99	1.17	1.05	0.28	-1.24	-1.55	-0.23	0.17
Madeira	1.15	1.13	0.65	1.65	1.62	0.79	-0.30	-0.69	0.06	0.02	-0.33
<b>PORTUGAL</b>	<b>0.65</b>	<b>0.88</b>	<b>0.15</b>	<b>1.13</b>	<b>1.32</b>	<b>0.93</b>	<b>0.44</b>	<b>-0.27</b>	<b>1.17</b>	<b>0.03</b>	<b>0.49</b>

Nos anos 70 a situação inverteu-se pontualmente, porque o retorno das ex-colónias e a descida do número de emigrantes da Europa e das Américas conseguiram em certos casos alterar a tendência negativa dos saldos migratórios e mesmo compensar a descida progressiva dos saldos naturais. Toda a faixa litoral aumentou, sobretudo os distritos do Porto, Lisboa, Setúbal e Faro. O primeiro sai vitorioso da junção de crescimentos migratórios e naturais elevados.<sup>24</sup> Os restantes beneficiaram de saldos migratórios muito positivos. A população continuou a declinar no extremo norte (Viana do Castelo e Trás os Montes), na Beira Interior (Guarda e Castelo Branco) e no Alto e Baixo Alentejo (Portalegre e Beja). Nestas

<sup>24</sup> O Porto era, juntamente com Braga, um distrito muito dinâmico em termos fisiológicos.



zonas verificava-se um duplo processo de abandono. Por um lado, a transferência de famílias inteiras e com carácter definitivo, e por outro o rápido envelhecimento das populações aí residentes, já que mostraram ser locais sem capacidade de recuperação, onde nasciam cada vez menos crianças. O litoral crescia à custa do interior.

Quadro 9  
Taxas de Migração Total intercensitária (1891-2001) (‰)

Distritos	1891-1900	1901-1911	1912-1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1981	1981-1991	1991/2000
Aveiro	-1.5	-1.5	-2.0	-1.2	-0.6	-1.1	-1.8	-2.9	-0.7	-0.2	5.6
Beja	-0.8	0.2	-1.8	0.8	-0.1	-1.6	-4.1	-9.1	-2.4	-2.1	1.7
Braga	-1.1	-1.2	-2.3	-1.1	-0.3	-1.1	-2.9	-4.8	-0.2	-1.0	6.2
Bragança	-1.6	-2.1	-4.8	-1.2	0.1	-1.7	-3.7	-9.6	-0.7	-4.1	-1.2
Castelo Branco	-1.3	-1.2	-2.5	-1.1	-0.6	-1.5	-3.6	-5.5	-2.3	-1.5	3.2
Coimbra	-1.6	-1.0	-2.2	-0.5	-0.7	-0.8	-2.2	-4.1	0.3	-0.7	5.2
Évora	-0.1	0.3	-1.6	0.4	0.0	-1.1	-2.6	-7.5	-0.8	-0.8	3.4
Faro	-0.5	-2.3	-3.3	-0.4	-1.1	-1.2	-2.7	-5.0	3.9	1.3	16.2
Guarda	-1.0	-2.0	-3.7	-1.8	-0.8	-2.2	-5.3	-8.8	-1.1	-1.8	1.5
Leiria	-0.5	-1.5	-0.9	-0.9	-0.5	-0.8	-2.5	-4.3	1.2	-0.3	7.6
Lisboa	2.7	1.7	1.5	3.7	3.5	2.9	1.8	0.9	4.3	-0.9	3.0
Portalegre	0.9	-0.3	-1.3	-0.2	-0.3	-0.9	-3.7	-7.6	-0.6	-0.9	0.7
Porto	-0.1	0.0	-0.8	0.3	0.7	0.1	-1.0	-2.1	1.1	-0.6	2.6
Santarém	-0.6	-0.2	-2.1	-0.4	-0.2	-0.8	-2.0	-3.6	0.5	-0.5	5.5
Setúbal					0.5	2.2	1.5	3.4	7.1	0.9	8.5
Viana do C.	-0.8	-1.1	-1.7	-1.4	-1.1	-1.4	-3.3	-5.5	-1.1	-1.1	2.3
Vila Real	-1.3	-2.4	-2.3	-1.6	0.0	-1.1	-3.8	-8.8	-2.3	-3.6	-3.2
Viseu	-1.7	-2.0	-2.9	-1.7	-1.2	-2.0	-3.9	-7.0	-1.2	-2.1	-0.5
<b>Continente</b>	<b>-0.4</b>	<b>-0.7</b>	<b>-1.6</b>	<b>0.0</b>	<b>0.3</b>	<b>-0.3</b>	<b>-1.8</b>	<b>-3.5</b>	<b>3.5</b>	<b>-0.8</b>	<b>4.3</b>
Açores		-3.6	-3.0	0.1	0.1	-1.0	-3.7	-7.3	-7.0	-2.5	5.1
Madeira		-1.4	-1.8	-0.4	-0.6	-1.9	-4.6	-6.5	-2.7	-1.4	-6.2
<b>PORTUGAL</b>		<b>-0.9</b>	<b>-1.6</b>	<b>0.0</b>	<b>0.2</b>	<b>-0.4</b>	<b>-2.0</b>	<b>-3.7</b>	<b>3.2</b>	<b>-0.8</b>	<b>4.2</b>

Nas duas últimas décadas reduziu-se a importância da emigração enquanto factor explicativo da diversidade regional e o mesmo aconteceu, como já vimos, em termos de fecundidade e mortalidade. As cidades e vilas do litoral continuam a atrair gente do interior, mas os grandes beneficiários deixam de ser os concelhos de Lisboa e Porto, substituídos pelas áreas circundantes, que integram no caso do Porto os antigos distritos de Braga e Aveiro e no caso de Lisboa, Setúbal.<sup>25</sup> Por seu turno, estas são também, em conjunto com Faro, as superfícies preferenciais de fixação de imigrantes, o que lhes garante uma dinâmica demográfica acrescida, de alcance já evidente. Em termos de exemplo retenham-se os dados oficiais

<sup>25</sup> Luís Baptista, "Dominação demográfica no contexto do século XX português : Lisboa, a capital", in *Sociologia – problemas e práticas*, nº15, 1994, pp.53-77.



referentes ao ano de 1999. Durante esse ano o distrito de Lisboa foi procurado por 55,2% do total de imigrantes oficiais, seguido do de Faro, com 13,1%, de Setúbal, com 9,4% , sendo o quarto lugar ocupado pelo distrito do Porto, com 6,0%<sup>26</sup>

## Conclusão

A evolução recente da população portuguesa faz-nos perceber um território que, nas últimas três décadas sofreu alterações muito profundas. Elas tiveram impactos diversos nas formas de vivência quotidiana local, designadamente através do processo de desertificação das zonas do interior, embora este se manifestasse desde épocas anteriores. Esse fenómeno foi primeiro sentido em aldeias e vilas dispersas, mas progressivamente estendeu-se a vários centros urbanos.

Nesse contexto, as migrações internas assumiram uma importância crescente na evolução demográfica das gentes portuguesas e justificam grande parte das assimetrias hoje encontradas. Mas por toda a parte os centros urbanos perderam menos população que os rurais. É nítida a forma como, apesar da relativa estagnação populacional que marca os anos 80 e parte dos de 90, os aglomerados com mais de 2 mil habitantes registam um aumento significativo, por vezes o único positivo em toda a região, como aconteceu nas zonas de Viana do Castelo e no Alentejo.

Assim, as desigualdades internas acentuaram-se no passado próximo, mas quase só em função da capacidade atractiva de cada região. Prossegue o abandono do interior, que provoca ritmos intensos de declínio populacional em locais como o Alto Trás os Montes e o Douro Interior. Todo o Alentejo perde população (2,5% entre 1991 e 2001), excepto alguns concelhos urbanos e/ou do litoral.<sup>27</sup> O mesmo princípio é válido no caso algarvio. Essa é a região que mais cresce durante os anos 90, mas as suas áreas agrícolas e montanhosas perdem efectivos<sup>28</sup>, enquanto os concelhos de Albufeira, São Brás de Alportel, Loulé e Vila Real de Santo António apresentam variações anuais muito positivas.<sup>29</sup>

Entre 1981 e 1991 observou-se pela primeira vez o declínio dos concelhos de Lisboa e Porto, que persiste até hoje, reflectindo o processo de terciarização do tecido urbano nas partes centrais das grandes cidades e a transferência de popula-

<sup>26</sup> Cf. Sobre esta questão Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, "Migrações no Portugal do Século XX", in *Ler História*, nº43, Lisboa, 2002, pp.179-203. Neste caso concreto veja-se o Quadro 3, p.194.

<sup>27</sup> Vendas Novas, Sines, Grândola e Évora são os concelhos mais dinâmicos.

<sup>28</sup> São eles os concelhos de Alcoutim, Vila do Bispo, Monchique e Castro Marim.

<sup>29</sup> Albufeira é o concelho que mais cresce em todo o país (50,6%).

ção para os concelhos limítrofes, pertencentes às Áreas Metropolitanas.<sup>30</sup> No panorama insular as diferenças também existem, com a Madeira a diminuir 3,3% nos últimos dez anos, enquanto os Açores recuperam parte da dinâmica perdida nos anos 80.

Num contexto que é pouco favorável ao aumento do número de portugueses, se apenas baseado na relação entre volumes de nascimentos e óbitos (Quadro 10), o devir de cada região e as suas respectivas potencialidades de desenvolvimento parecem estar cada vez mais dependentes da intensidade e direcção das migrações à escala nacional. O papel determinante que durante muitas décadas pertenceu à emigração tende agora a passar para outras vertentes migratórias, que são as migrações internas e também, cada vez mais, a imigração.

Quadro 10

**Saldos naturais e migratórios em Portugal, por distritos (1991-2001)**

Distritos	População 1991	População 2001	Saldo Total	Saldo Natural	Saldo Migratório
Aveiro	654265	713578	59313	21046	38267
Beja	169438	161211	-8227	-11105	2878
Braga	748192	846354	98162	48490	49672
Bragança	157809	148808	-9001	-7233	-1768
C.Branco	214853	208069	-6784	-13451	6667
Coimbra	427839	441245	13406	-8999	22405
Évora	173654	173408	-246	-6280	5962
Faro	341404	395208	53804	-6120	59924
Guarda	188165	179963	-8202	-10991	2789
Leiria	426152	459450	33298	-230	33528
Lisboa	2052787	2136002	83215	19534	63681
Portalegre	134169	127018	-7151	-8075	924
Porto	1641501	1766840	125339	80569	44770
Santarém	444880	454506	9626	-15264	24890
Setúbal	712594	788459	75865	8953	66912
V.do Castelo	250059	250273	214	-5472	5686
Vila Real	236294	223731	-12563	-5298	-7265
Viseu	401871	394927	-6944	-4924	-2020
<b>Continente</b>	<b>9375926</b>	<b>9869050</b>	<b>493124</b>	<b>74706</b>	<b>418418</b>
Açores	237795	241762	3967	-8272	12239
Madeira	253427	245012	-8415	6938	-15353
<b>PORTUGAL</b>	<b>9867147</b>	<b>10355824</b>	<b>488677</b>	<b>73372</b>	<b>415304</b>

<sup>30</sup> O concelho do Porto decresce 13,0% e o de Lisboa 14,9%.

O processo de crescimento populacional nos anos 90 é devido ao contributo positivo dos saldos migratórios, mas estes ou não existem ou são insuficientes para travar a descida do número de residentes no interior de Portugal. Só uma política racional e de incentivos efectuados a níveis diversos conseguirá, porventura, criar as condições necessárias para travar o processo de declínio da fecundidade e contribuir para estancar o contínuo de saídas de população jovem em idade activa de certas regiões, viabilizando uma redistribuição mais harmoniosa da população no território português.

1. Introdução

Em Portugal, nos últimos anos, o crescimento populacional tem sido devido ao contributo positivo dos saldos migratórios, mas estes ou não existem ou são insuficientes para travar a descida do número de residentes no interior de Portugal. Só uma política racional e de incentivos efectuados a níveis diversos conseguirá, porventura, criar as condições necessárias para travar o processo de declínio da fecundidade e contribuir para estancar o contínuo de saídas de população jovem em idade activa de certas regiões, viabilizando uma redistribuição mais harmoniosa da população no território português.

Apesar de o crescimento populacional nos últimos anos ter sido devido ao contributo positivo dos saldos migratórios, estes ou não existem ou são insuficientes para travar a descida do número de residentes no interior de Portugal.

Em Portugal, nos últimos anos, o crescimento populacional tem sido devido ao contributo positivo dos saldos migratórios, mas estes ou não existem ou são insuficientes para travar a descida do número de residentes no interior de Portugal.

Em Portugal, nos últimos anos, o crescimento populacional tem sido devido ao contributo positivo dos saldos migratórios, mas estes ou não existem ou são insuficientes para travar a descida do número de residentes no interior de Portugal.

Em Portugal, nos últimos anos, o crescimento populacional tem sido devido ao contributo positivo dos saldos migratórios, mas estes ou não existem ou são insuficientes para travar a descida do número de residentes no interior de Portugal.